

Centrão quer modificar 15% do projeto

Da Sucursal de Brasília

O Centrão, grupo suprapartidário do Congresso constituinte, deverá divulgar amanhã o seu trabalho de emenda ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Os deputados José Lins (CE), Ricardo Fiúza (PE) e Paes Landim (PI), todos do PFL, devem concluir hoje a revisão do texto das emendas. Segundo José Lins, serão apresentadas nove emendas por títulos do projeto, o que deverá representar tentativa de mudança em cerca de 15% do texto.

Convocação

Enquanto os três constituintes pefelistas faziam a revisão do texto, outro líder do Centrão, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), cuidava da mobilização dos parlamentares para, na terça-feira, votar as emendas do regimento interno do Congresso constituinte.

Daso enviou para a Câmara dos Deputados quatro secretárias que passaram todo o dia de ontem telefonando para os parlamentares, convocando-os em nome do Centrão a estarem em Brasília terça-feira.

Proposta do grupo substitui estabilidade por indenização progressiva

Estas são as principais propostas do Centrão em relação ao projeto da Comissão de Sistematização para serem votadas no plenário do Congresso constituinte, segundo o deputado José Lins (PFL-CE):

Estabilidade no emprego — A estabilidade será substituída por uma indenização progressiva no caso de demissão imotivada.

Ficam mantidos o aviso prévio de no mínimo 30 dias e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Empresa nacional — Empresa brasileira é aquela constituída sob as leis do país, com sede e administração no Brasil.

O projeto de Constituição de Bernardo Cabral estabelece que será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país.

Reforma agrária — Será mantido o texto de Bernardo Cabral, acrescido da proibição de desapropriação de propriedades pequenas ou produtivas.

Educação e Saúde — Nas duas áreas há uma preocupação em

equilibrar a atuação do setor estatal e da iniciativa privada.

Distribuição de derivados de petróleo — Volta a situação atual, em que empresas estrangeiras podem participar da distribuição de derivados de petróleo.

Transporte urbano — Será organizado pelos municípios, que poderão fazer concessões à iniciativa privada.

Comunicação — O Centrão decidiu manter o texto do relator Bernardo Cabral. O Congresso Nacional deverá examinar todas as concessões feitas pelo Poder Executivo.

Daso Coimbra previu que não haverá quórum para votação das mudanças no regimento amanhã, embora o presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, tenha convocado sessão específica para isso. Segundo Daso Coimbra, os parlamentares têm afirmado, nos seus Estados, que não estão conseguindo passagens aéreas para amanhã.

Parlamentarismo terá 55% dos votos no plenário, diz Scalco

Da Sucursal de Curitiba

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) disse ontem em Curitiba que o sistema parlamentarista deverá ser aprovado em plenário com 53% a 55% do total de votos dos constituintes. "No plenário o parlamentarismo se confirmará com uma folga ainda maior daquela que ocorreu na Comissão de Sistematização", disse Scalco. O deputado disse também que o modelo de parlamentarismo que deverá ser aprovado é o proposto pela Comissão de Sistematização. A implantação do novo regime deverá ocorrer 30 dias após a promulgação da nova Constituição.

"O Centrão não é coeso. Os próprios membros dizem isso. Não creio que eles tenham unidade em todos os pontos, principalmente nos mais polêmicos, que deverão ser discutidos em plenário", disse Scalco. Sobre as declarações do deputado José Lourenço (PFL-BA) prevendo a vitória do presidencialismo, o deputado paranaense foi irônico: "Ele afirmou isso porque seu partido é presidencialista".

Com a viagem da maioria dos constituintes às suas bases, para os festejos do final do ano, Scalco acredita que os deputados vão sentir a reação causada pelo momento indefinido e delicado por que passa o país. "Eles vão constatar que a população está culpando a Constituinte por essa situação. Isso fará com que resolvam pela aceleração dos trabalhos na Constituinte".

Scalco justificou sua preocupação com a demora dos trabalhos de elaboração da nova Constituição: "Se não aprovamos a nova Carta até o final de março, correremos o risco de



O deputado Euclides Scalco

criarmos sérios problemas à sociedade brasileira que está perplexa com essa demora".

Com o reinício das atividades no Congresso constituinte amanhã, a primeira questão a ser tratada será a da votação do regimento interno. "Se até agora não conseguimos resolver isso através de negociação, tenho a impressão de que a única saída será votação. Ganha quem tiver a maioria".

Havendo uma definição já nesta segunda-feira em torno do regimento interno, mesmo assim, a votação da nova Constituição não deverá sair antes do dia 26 de janeiro. É que até esta data tem que se cumprir diversas etapas, como por exemplo, apresentação de emendas, sua publicação e discussão, apresentação e publicação dos pareceres dos relatores e apresentação de pedidos de destaque.

"Minoria" tenta se impor na Constituinte, afirma Brossard

Da Sucursal de Porto Alegre

O ministro da Justiça Paulo Brossard disse ontem, em Porto Alegre, que o Congresso constituinte não pode se prolongar indefinidamente na situação em que está. Na opinião de Brossard, as dificuldades para a elaboração da nova Constituição derivam de um equívoco inicial que é a tentativa de imposição da vontade da "minoria".

O ministro afirmou que a média da sociedade brasileira não é radical, não é extremada e nem exacerbada e que a média da Assembléia Constituinte, para refletir a sociedade que representa, também não é assim. "É preciso respeitar os dados fundamentais da maioria e da minoria e não pretender impor a vontade da minoria através de expedientes, tenham o caráter que tiverem", disse Brossard.

Segundo o ministro, o fato de a Assembléia Constituinte funcionar há 11 meses (desde o dia primeiro de fevereiro do ano passado) e ainda estar discutindo matéria regimental,



O ministro da Justiça, Paulo Brossard

evidencia que alguma coisa não está certa. Brossard foi um dos 49 membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que elaborou um anteprojeto de Constituição entregue ao presidente Sarney em setembro do ano passado.

Lula Marques - 19.Out.87

Banco de Dados